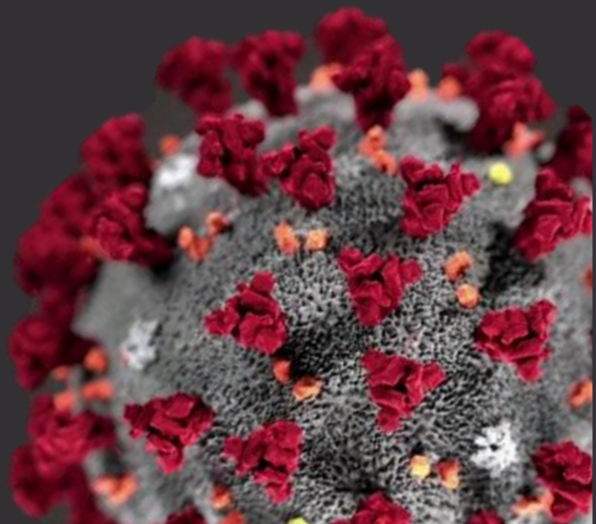


Painel de Monitoramento

Impactos da COVID-19 no mercado de trabalho de Minas Gerais



O Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho é uma produção da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedese), por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte), que tem por objetivo acompanhar e atualizar as principais repercussões da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho no Estado de Minas Gerais. Nesta edição você confere:

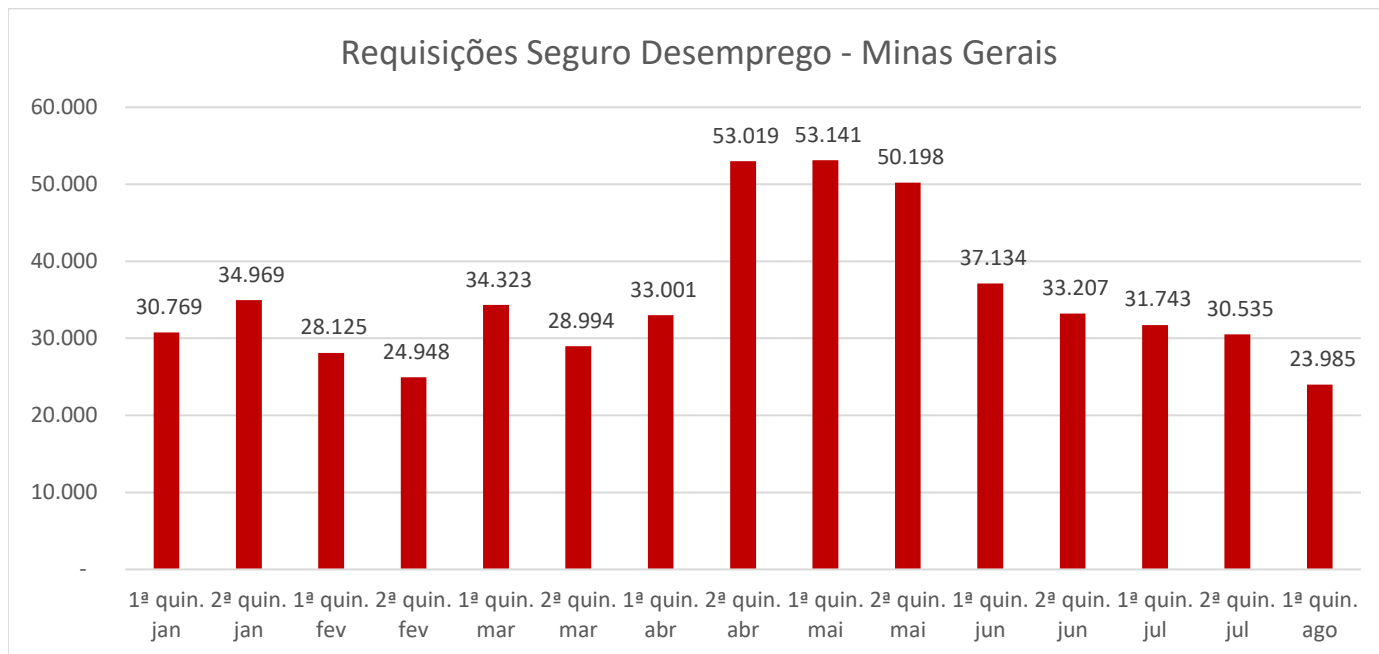
- Requisições de Seguro Desemprego;
- Estatísticas do SINE em Minas Gerais;
- Perspectivas para a MP nº 936;
- Fechamento de lojas do varejo;
- Estados Brasileiros e crise econômica provocada pela Covid-19;
- Jovens e mercado de trabalho;
- Mercado imobiliário.

SEGURO DESEMPREGO

Primeira quinzena de agosto registra 23.895 requisições do benefício, o menor número desde o início da pandemia

Com o cenário de instabilidade econômica e fechamento de postos de trabalho no Estado de Minas Gerais, a evolução do número de solicitações do Seguro Desemprego acaba se tornando um importante indicador para dimensionar os impactos da Covid-19 sobre o mercado de trabalho formal. Segundo dados do Ministério da Economia, o número de requisições do Seguro Desemprego no Estado de Minas Gerais na primeira quinzena de agosto foi de 23.895 benefícios, uma redução de 21,4% em relação à quinzena anterior. Este é o menor quantitativo registrado desde o início da pandemia, o que confirma as tendências traçadas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) de que o mercado de trabalho em Minas Gerais está começando a se recuperar da crise provocada pela pandemia. Tal indicador pode ser encarado com otimismo, inclusive, na comparação com o mesmo período de 2019, quando foram contabilizados 7.227 benefícios a mais.

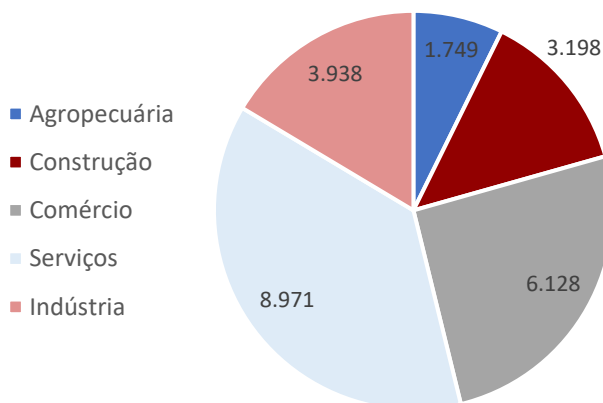
Se feita uma análise com base em uma desagregação por setores econômicos, é possível identificar que o segmento de serviços foi a maior fonte de demissões na primeira quinzena de agosto, representando 37,4% do total de Seguros Desemprego requeridos no estado. Na sequência, está o setor de comércio e a indústria, que representam, respectivamente, 25,5% e 16,4% dos benefícios solicitados por trabalhadores mineiros demitidos.



Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

Em relação aos aspectos sociais por trás das requisições do Seguro Desemprego, é válido evidenciar que o benefício tem sido mais demandado por homens (62%), o que pode estar relacionado ao fato de que as medidas de isolamento afetaram, majoritariamente, postos de trabalho ocupados pelo público masculino como, por exemplo, ocupações do segmento de serviços. Quanto à faixa etária, os demitidos são, preponderantemente, adultos com idade entre 30 a 49 anos, o que pode representar um problema de reinserção profissional, considerando a resistência dos empregadores em admitir trabalhadores nesse grupo etário.

Distribuição das Requisições de Seguro Desemprego por Segmento Econômico



Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

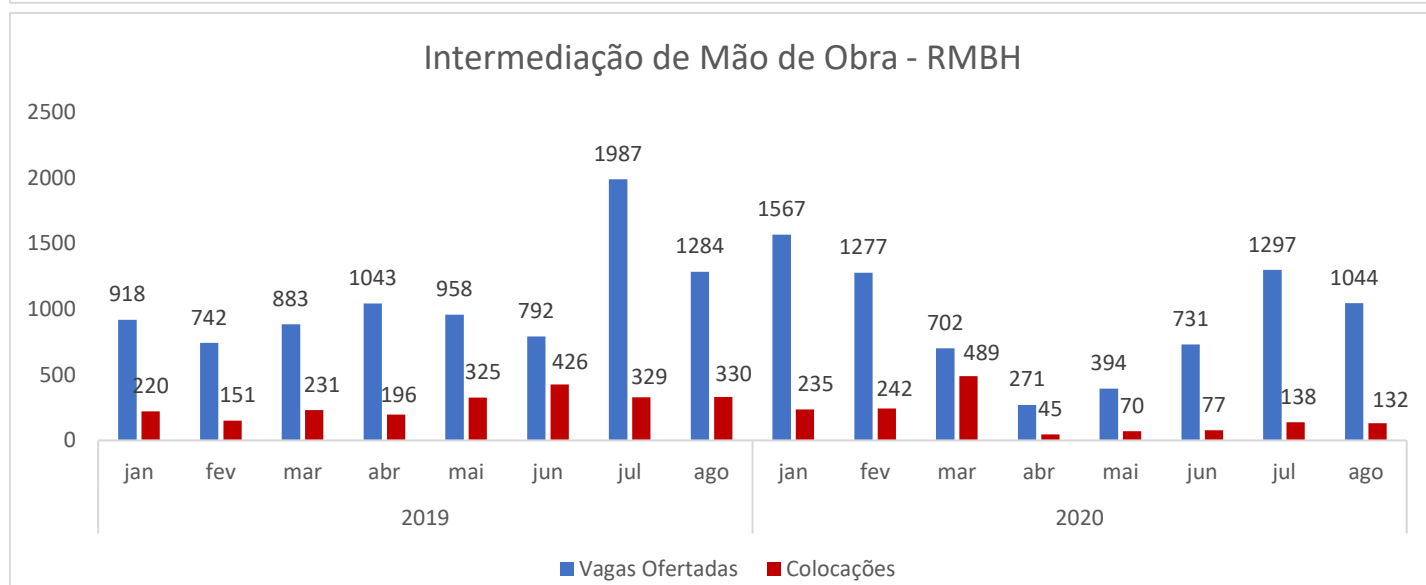
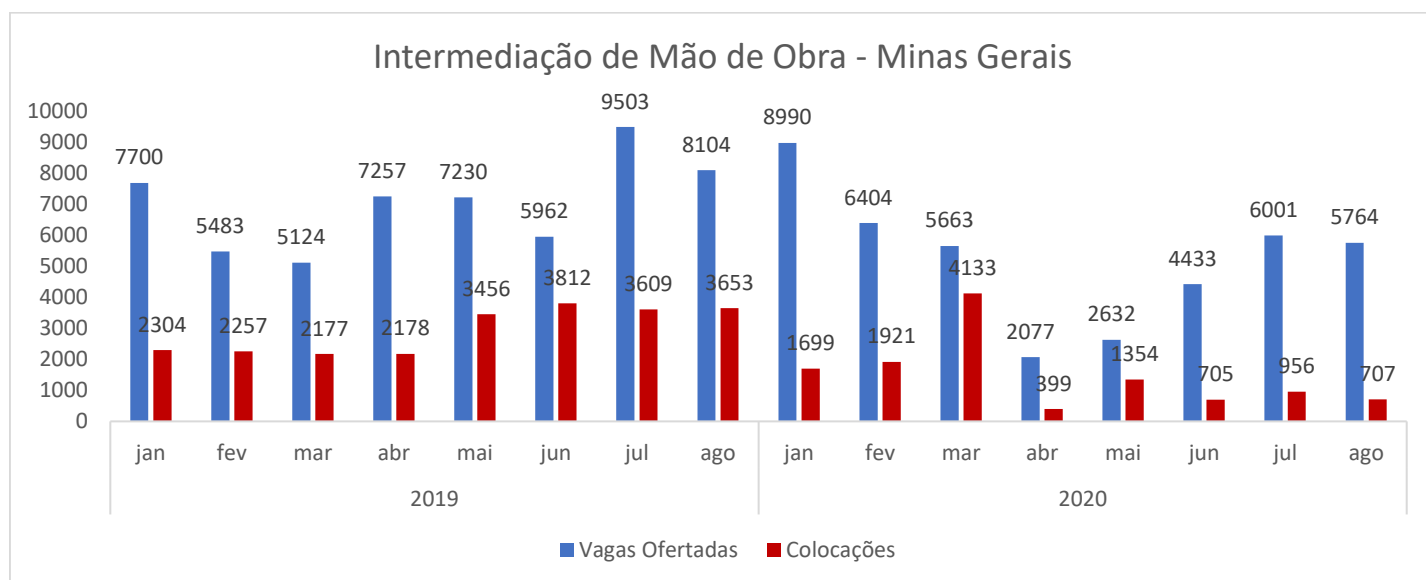
Em comparação com as demais unidades da federação, o Estado de Minas Gerais ocupa a segunda posição no ranking de maiores demandantes do Seguro Desemprego, ficando atrás apenas do Estado de São Paulo, que acumulou 86.431 requisições do benefício apenas na primeira quinzena de agosto. Em todo o país, foram 216.350 auxílios assistenciais concedidos a trabalhadores formais demitidos de suas funções, uma queda de 23,2% em relação à quinzena anterior. Este é o patamar mais baixo do indicador registrado desde o início da pandemia, o que reforça a noção de que, gradualmente, o mercado de trabalho nacional está reduzindo o fluxo de demissões e conservando postos de trabalho em meio à crise provocada pela Covid-19.

ESTATÍSTICAS DO SINE

Postos de atendimento retomam serviços presenciais

As unidades do SINE em Minas Gerais registraram 625.029 atendimentos entre janeiro e agosto de 2020 (até o dia 24/08), nos diferentes serviços ofertados pela rede, como habilitação do Seguro Desemprego e intermediação de mão de obra - que contempla encaminhamento para vagas de emprego, captação de vagas e colocação de trabalhadores no mercado de trabalho.

A interrupção dos atendimentos presenciais nas unidades do SINE desde o dia 23 de março implicou na diminuição dos resultados e suscitou a demanda, por parte do trabalhador, para que os serviços fossem retomados. Por isso, diante das medidas de flexibilização do isolamento social que entraram em vigor a partir do mês de julho, algumas unidades retomaram o acolhimento presencial mediante agendamento prévio, o que justifica o aumento no número de vagas ofertadas e colocações. Os gráficos abaixo detalham essa realidade no Estado de Minas Gerais e na Região Metropolitana de Belo Horizonte:



Fonte: Ministério da Economia – Base de Gestão IMO/SD

Dados referentes ao mês de agosto computados até o dia 24/agosto

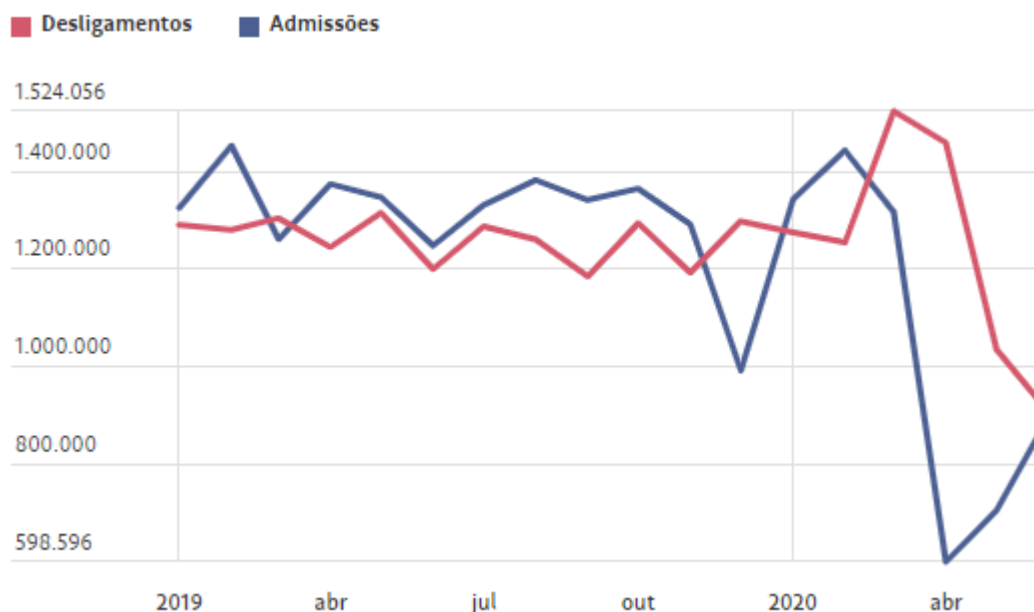
MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA

Programa foi eficiente no curto prazo, mas pode desencadear onda de demissões no final do ano

Economistas relatam preocupação com possíveis efeitos adversos no mercado de trabalho decorrentes do fim do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, conforme reportagem produzida pelo jornal Folha de São Paulo. Embora o programa tenha evitado que o número de demissões nos primeiros meses da pandemia fosse muito maior, o fim do período de estabilidade garantido pelo programa pode desencadear uma onda de demissões sem precedentes no país, avaliam os entrevistados pelo jornal.

Entre fevereiro e março, meses em que as primeiras medidas de distanciamento social foram tomadas em boa parte do país, as demissões aumentaram 21%. Porém, desde abril, o número mensal de demissões segue em queda. Segundo especialistas em mercado de trabalho, a queda no número de desligamentos se deve, sobretudo, ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Total de admissões e Desligamentos por mês no Brasil



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)

O programa permite ao empregador a suspensão dos contratos de trabalho, ou redução de carga do horária e salário dos trabalhadores em 25%, 50% ou 75% - recebendo o trabalhador uma compensação do Governo Federal baseada no valor do respectivo seguro desemprego. O programa, que entrou em vigor em abril, previa acordos com duração de até 90 dias. Posteriormente, o governo ampliou este prazo em mais 30 dias, totalizando 120 dias. Na última segunda-feira (24), o prazo de duração do programa foi ampliado em mais 60 dias, fazendo com que a redução dos salários e a suspensão dos contratos pudessem chegar a 180 dias.

Segundo dados do Ministério da Economia, o programa cobre aproximadamente metade do total de trabalhadores no mercado de trabalho formal brasileiro. A preocupação de alguns economistas diz respeito aos possíveis efeitos do término do programa em um período de crise econômica. “Será que em dezembro a atividade vai ter retomado a ponto de o empresário manter esse funcionário na folha de pagamento?”, questiona Rodolpho Tobler, economista da Fundação Getúlio Vargas.

Outros economistas, entretanto, se mostram mais cautelosos, sobretudo por considerar o atual cenário de incerteza quanto ao futuro da economia no país, tendo em vista que vários setores já dão sinal de recuperação. “Claro que uma parcela das empresas não vai conseguir manter o trabalhador ao final desse prazo, mas hoje o número de empregadores propensos a demitir é menor do que era há dois meses” afirma Maria Andreia Lameiras, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

O cenário de elevada incerteza dificulta a realização de prognósticos precisos sobre o futuro da economia, o que torna ainda mais importante o acompanhamento constante da evolução da crise sanitária no país e seus efeitos na economia.

COMÉRCIO VAREJISTA

Varejo fecha mais de 135 mil empresas no segundo semestre; perda equivale a 10% dos empregadores do país

De acordo com um estudo divulgado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no segundo trimestre de 2020, 135,2 mil estabelecimentos comerciais do setor de varejo foram fechados no país. O número equivale a 10% do total de empresas comerciais com vínculos empregatícios verificados antes da pandemia.

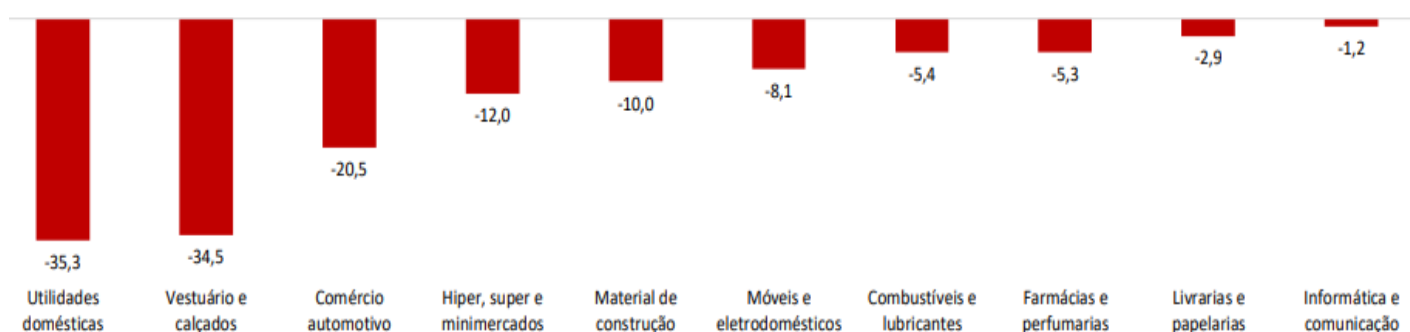
O setor de varejo deve encerrar o ano de 2020 com 88 mil lojas a menos que no ano passado, devido, sobretudo, à migração de parte das vendas presenciais para o comércio online. Essa é a previsão do economista da CNC, Fábio Bentes, responsável pela análise do levantamento. Em nenhum dos ramos do setor de varejo foi registrado aumento do número de estabelecimentos, muito pelo contrário.

Dentre os mais atingidos, estão aqueles que comercializam itens considerados não essenciais, justamente os mais prejudicados pelos decretos de fechamento de estabelecimentos e medidas de distanciamento social.

Os segmentos do varejo que mais sofreram fechamento de estabelecimentos foram os de utilidades domésticas (queda de 12,9% do total de lojas antes da pandemia); vestuário, tecidos, calçados e acessórios (queda de 17% do total de lojas antes da pandemia); e comércio automotivo (queda de 9,9% do total de lojas antes da pandemia). Entre os segmentos que apresentaram resultados menos negativos, está o de produtos de informática e comunicação (queda de 3,6% do total de lojas antes da pandemia).

As perdas também ocorreram em menor intensidade entre os estabelecimentos que integram o varejo essencial. O número total de hipermercados, supermercados e minimercados caiu 4,9% em relação ao total de lojas antes da pandemia. Entre farmácias, perfumarias e lojas de cosméticos, a queda foi de 4,3%. Outro setor bastante afetado foi o de combustíveis e lubrificantes, que fechou o segundo trimestre deste ano com queda de 12,2% no número total de estabelecimentos em relação total de lojas em funcionamento antes da pandemia, mesmo se tratando de um setor considerado essencial.

Saldos trimestrais de estabelecimentos com vínculos empregatícios segundo segmentos do varejo no 2º trimestre de 2020 (em milhares)



Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Todas as unidades da federação encerraram o segundo trimestre do ano com menos estabelecimentos que antes da pandemia. Em números absolutos, Minas Gerais (-16,1 mil) só não fechou mais estabelecimentos que São Paulo (-40,4 mil). Em termos relativos, os estados das regiões norte e nordeste lideraram o ranking de perdas.

RECUPERAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL

Apenas cinco estados terão condição de se recuperar da crise provocada pela Covid-19, afirma consultoria

Um levantamento feito pela “Tendências Consultoria Integrada” aponta que apenas cinco estados brasileiros devem encerrar o ano de 2021 com Produto Interno Bruto (PIB) superior ao do ano de 2019, ou seja, em situação melhor que antes da pandemia. Os estados são: Mato Grosso do Sul, Pará, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Goiás, que deverão ter o desempenho econômico favorecido pela ampliação da comercialização prevista de *commodities* agrícolas e minerais.

O estudo realizado apontou que a crise do Coronavírus chegou aos estados brasileiros em um momento de lenta recuperação econômica, causada sobretudo pelo cenário de crise fiscal vivenciada pela maioria das unidades da federação. Antes da pandemia, a previsão era de que, em 2020, apenas metade dos estados brasileiros conseguiria produzir um PIB equivalente ao próprio PIB produzido no período pré-crise de 2013/14.

Portanto, a situação que já não era animadora, ficou ainda pior com a chegada da pandemia. Como avalia o economista da Tendências Consultoria Integrada, Lucas Assis, "a atividade econômica do ano que vem dependerá de uma série de condicionantes, como a própria evolução da pandemia e o reflexo de questões políticas na agenda econômica, com destaque para a questão fiscal".

Segundo previsão da consultoria, o PIB brasileiro em 2020 sofrerá queda de 7,3%, e em 2021 avançará 3,4% - mas ainda estará 4,2% abaixo ao PIB de 2019. Na avaliação da instituição, a recuperação será lenta, apesar da expectativa de expansão da

atividade econômica em 2021. Ainda segundo a consultoria, os números estimados dependem muito da vigência do Auxílio Emergencial e do valor a ser pago, o que pode melhorar ou piorar as estimativas.

Na Região Sudeste, apenas o Rio de Janeiro conseguirá se recuperar do estrago econômico provocado pela Covid-19, segundo levantamento da consultoria. O desempenho do estado será impulsionado pela expansão na produção de petróleo e gás natural em novas plataformas. Os demais estados da região terão mais dificuldade na recuperação, e precisão de um impulso maior para recuperar o desempenho econômico até 2021.

JOVENS E MERCADO DE TRABALHO

Ocupações ambicionadas pelos jovens de hoje correm o risco de desaparecer após a pandemia de Covid-19

Com a chegada do novo Coronavírus, a economia brasileira passou por fortes abalos que têm afetado o mercado de trabalho e comprometido a capacidade de inserção profissional do público jovem. Se antes da pandemia a oportunidade para o primeiro emprego já era escassa, com o advento da pandemia e da maior disponibilidade de mão de obra experiente desempregada, as empresas possuem mais estímulos para preterir os jovens em seus processos seletivos. Apesar de possuírem níveis mais altos de escolaridade do que qualquer geração anterior, a juventude contemporânea tem encontrado dificuldades para conciliar a formação acadêmica com as exigências dos empregadores.

Além disso, uma parcela considerável desses jovens sonha com profissões que correm o risco de não existirem no futuro. É o que aponta o relatório "Emprego dos Sonhos", divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), durante o Fórum Econômico Mundial. O estudo está baseado em dados sobre aspirações profissionais futuras de cerca de 600 mil jovens de 15 anos em 79 países e territórios, entre eles o Brasil. As entrevistas com os jovens foram feitas em 2018, durante a aplicação do Pisa, exame internacional que mede o desempenho de estudantes em matemática, leitura e ciências. Aos 15 anos de idade, a maioria dos participantes do exame caminhava para o fim do ciclo da educação básica, e se preparava para a escolha da educação superior e das aspirações profissionais para o futuro.

O que a pesquisa identificou é que a maioria dos jovens sonha com um número limitado de carreiras, bastante parecidas às citadas por jovens entrevistados na mesma pesquisa oito

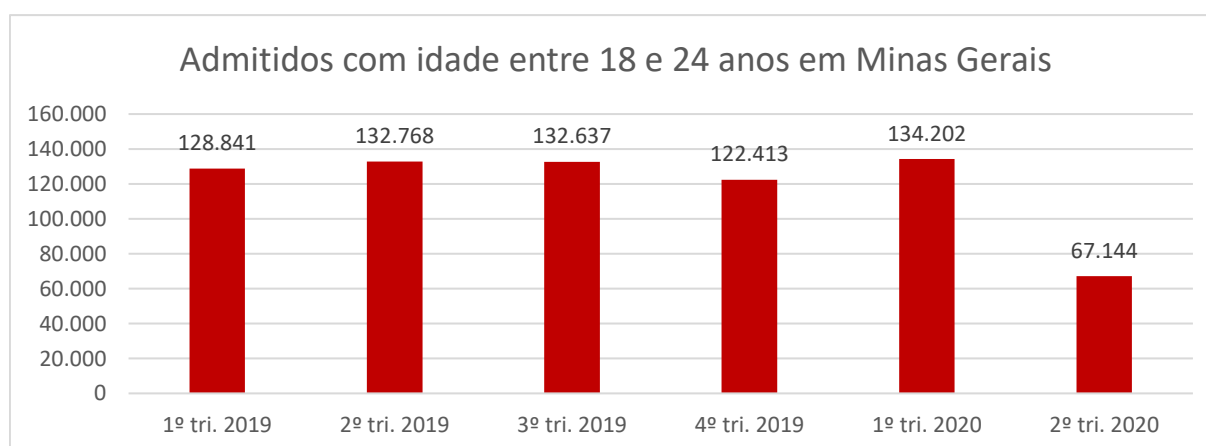
anos antes, durante o Pisa 2000. O infográfico abaixo apresenta as pretensões de ocupações mais recorrentes com base em uma desagregação por gênero:



Fonte: *Elaboração própria*

Para a OCDE, há ao menos duas questões importantes a serem debatidas: a primeira diz respeito à capacidade de essas aspirações refletirem as necessidades do ambiente profissional do futuro, e a segunda trata da educação e da orientação que esses jovens - especialmente aqueles de baixa renda - estão recebendo para fazer escolhas conscientes. Esse ponto acende a preocupação com o fato de que a pandemia tem reforçado desigualdades educacionais, visto que boa parte das escolas públicas no Brasil sequer possuem previsão de retorno presencial, e o ensino à distância impõe desafios de acessibilidade para os estudantes mais pobres.

De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), até o momento, os jovens têm tido uma boa receptividade no mercado de trabalho, sendo a segunda faixa etária com maior número de admissões em julho, totalizando 33.742 carteiras assinadas apenas em Minas Gerais. Isso se deve ao fato de que, com a pandemia, as empresas têm priorizado a contratação de cargos mais estratégicos, ou seja, candidatos com maior escolaridade e maior fluência digital, requisitos que dão vantagem ao público jovem.



Fonte: *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)*

MERCADO IMOBILIÁRIO

Lançamento de imóveis caiu 60,9% no segundo trimestre

O mercado imobiliário nacional atravessou um período de forte queda nos lançamentos durante a pandemia por conta do fechamento do comércio, enquanto as vendas tiveram uma diminuição menos brusca, indicando uma certa resiliência da demanda. É o que mostra pesquisa divulgada nesta segunda-feira, 24, pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

O estudo mostrou que, no segundo trimestre de 2020, os lançamentos residenciais totalizaram 16.659 unidades, baixa de 60,9% em relação ao mesmo período de 2019. Já no acumulado do primeiro semestre deste ano, os lançamentos alcançaram 37.596 unidades, recuo de 43,9% em relação ao mesmo período do ano passado. Por sua vez, as vendas de imóveis no país somaram 32.346 unidades no trimestre, encolhimento de 23,5%. No semestre, atingiram 71.109 unidades, baixa de apenas 2,2%.

O resultado de um número de vendas superior ao de lançamentos foi a queda no estoque. No fim de junho, o total de imóveis novos disponíveis para venda - considerando unidades na planta, em obras e recém-construídas - chegou a 149.700 unidades no país, diminuição de 7,1% em um ano. Com a velocidade atual de vendas, seriam necessários 10,9 meses para escoar esse estoque. Um ano antes, essa relação era de 14,8 meses.

O levantamento da CBIC mostrou ainda que o programa Minha Casa Minha Vida manteve um peso importante no mercado imobiliário nacional, representando 55,6% dos lançamentos e 56,0% ao longo do segundo trimestre. Já em relação aos preços, o estudo mostrou que o patamar em junho estava levemente abaixo do verificado em março (quando o mercado estava aquecido), mas estável em relação ao fim de 2019.